

COM TENDÊNCIA DE AUMENTO DE CASOS DE COVID-19 NO RIO, SE NÃO SE SENTIR SEGURO DE COMPARECER, MANIFESTE-SE PELAS REDES!

CONTRA
A REFORMA
ADMINISTRATIVA
#FORA BOLSONARO!

#7S
7 DE SETEMBRO
TERÇA
9H



CONCENTRAÇÃO
URUGUAIANA COM
PRESIDENTE VARGAS

COMO PLANEJAM ATUAR NA DEFESA DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA?

COMO MANTER A AUTONOMIA DA ADUFRJ EM RELAÇÃO À REITORIA, AOS PARTIDOS E AO ANDES?

CHAPA 1 – DOCENTES PELA DEMOCRACIA: EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA



JOÃO TORRES DE MELLO NETO
Presidente
Professor titular do Instituto de Física



MAYRA GOULART
1ª Vice-presidente
Professora adjunta do Departamento de Ciência Política do IFC



RICARDO MEDRONHO
2ª Vice-presidente
Professor Emérito da Escola de Química



ANA LÚCIA CUNHA FERNANDES
1ª Secretária
Professora associada da Faculdade de Educação



KARINE DA SILVA VERDOORN
2ª Secretária
Professora adjunta de Fisiologia Humana do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macacé



NEDIR DO ESPIRITO SANTO
1ª Tesoureira
Professora associada do Instituto de Matemática



LEONORA KURTENBACH
2ª Tesoureira
Professora associada do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

CHAPA 2 – ESPERANÇAR: UNIVERSIDADE PÚBLICA E SINDICATO AUTÔNOMO, SIM!



CLÁUDIA LINO PICCININI
Presidente
Professora associada da Faculdade de Educação. Coordenadora do GT Trabalho e Formação de Professores do COLEMARX



FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
1ª Vice-presidente
Professora adjunta do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos



CLEUSA SANTOS
2ª Vice-presidente
Professora titular aposentada da Escola de Serviço Social, ex-diretora da AdUFRJ



EDUARDO JOSÉ PEREIRA MAIA
1º Secretário
Professor adjunto do Instituto de Geociências, Diretor Adjunto de Graduação do IGEO



MAYA INBAR
2ª Secretária
Professora do setor de Artes Visuais do Colégio de Aplicação, carreira do ensino básico, técnico e tecnológico



JOSÉ HENRIQUE ERTAL SANGLARD
1º Tesoureiro
Professor adjunto da Escola Politécnica, ex-diretor da AdUFRJ



LUIS EDUARDO ACOSTA
2º Tesoureiro
Professor associado da Escola de Serviço Social, ex-diretor da AdUFRJ

POR UMA ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA



O contexto político deflagrado pela interrupção do governo da presidenta Dilma Rousseff é marcado por uma rápida deterioração da condição de vida dos trabalhadores. O esforço de construção de uma hegemonia contrária ao PT e à esquerda foi realizado com o interesse de substituir um projeto comprometido com a proteção da renda do trabalho, por outro, que prioriza o lucro do empregador e a rentabilidade dos investimentos financeiros. De 2003 a 2014, os salários foram o principal motor do crescimento da renda domiciliar. O salário mínimo passou de cerca de US\$ 80 para US\$ 300, mantendo um ritmo de crescimento sempre superior à inflação. Em 2015, ano em que parte da elite política, do empresariado nacional e o mercado financeiro desembarcam definitivamente da correlação de forças que sustentava o governo petista, é operada uma inflexão. Desde então o salário mínimo caiu mais de 40% e com ele o montante de renda nacional auferido através do trabalho. O resultado foi a expansão da desigualdade, na medida em que, a

partir de 2016 já iniciou-se um processo de recomposição da renda das parcelas mais ricas da população.

O governo Bolsonaro é sustentado por essas parcelas. O mercado e as elites que com ele se identificam são os fiadores de sua estabilidade, mesmo em face de sucessivas investidas contra o sistema político. O funcionalismo público é visto como um fardo, um parasita por essas mesmas elites que defendem a austeridade fiscal e o corte de gastos com os servidores como o único remédio para o crescimento econômico.

Neste contexto, a única força capaz de defender o servidor público desses ataques é a sua mobilização sindical. A AdUFRJ tem cumprido esse papel e nós nos comprometemos a continuar essa luta contra as investidas desses segmentos que utilizam (i) a mídia para travar uma batalha contra nós na opinião pública, (ii) o lobby para pressionar as elites políticas a avançar no projeto da reforma administrativa.

Desta forma, temos que nos articular nacionalmente e em todos os níveis para lutar contra os vários ataques contra a universidade. Desde 2015, a AdUFRJ tem assumido um posicionamento responsável em relação ao Andes-Sindicato Nacional. Somos uma seção sindical do Andes mas levamos a sério a nossa autonomia (que aliás é garantida no estatuto do sindicato nacional) e consultamos a nossa base da forma mais abrangente sempre que possível. Desta forma, temos participado de atos conjuntos e manifestações diversas com o Andes sempre no sentido de atuar conjuntamente com as forças democráticas da nação.

A luta política conjunta se conquista também quando priorizamos as causas que são convergentes ante as diferenças e não aquelas que dividem e separam o movimento. Uma luta justa tem que ser capaz de mobilizar a maioria do corpo docente. Sempre será mais eficaz e mobilizadora uma pauta de lutas focada nos itens de consenso ou que busquem construir o consenso. Um sindicato forte não é uma vanguarda de iluminados, mas o instrumento institucional que ganha a forma e a direção do movimento de seu corpo social. Para isso, é preciso aprimorar os instrumentos de consulta e os fóruns de discussão onde podemos construir e organizar nossas reivindicações.

Acreditamos que a AdUFRJ deva atuar no Legislativo em conjunto com entidades como a Frente Parlamentar Mista da Educação para assegurar uma política de Estado para a Educação. Trabalhando sempre em iniciativas pluripartidárias e focalizadas numa concepção republicana e abrangente de universidade pública.

Os professores da UFRJ são livres e capazes de pensar e agir criativamente ante os desafios da hora; não precisam ser tutelados ou conduzidos por partidos ou por grupos políticos externos à universidade. Independentes, contribuímos muito mais e melhor para os movimentos sociais e para as causas que nos tocam diretamente ou para aquelas às quais queremos nos associar.

Desta forma, nossa chapa defende que os professores da UFRJ devem se mobilizar, em conjunto com as demais entidades da sociedade civil, para fortalecer a democracia no Brasil, participando das frentes políticas que tenham esse

objetivo.

Nossa chapa também se alia e pretende atuar em conjunto com os movimentos que defendem direitos relacionados a gênero, orientação sexual, raça e etnia e aos esforços de resistência de povos indígenas e quilombolas.

Com relação à reitoria, pretendemos ter uma relação construtiva como devem ser as relações entre as diversas instâncias do corpo da universidade, mas tendo claro quais papéis desempenhamos. A AdUFRJ não pode estabelecer uma relação automática de apoio ou oposição à reitoria, mas deve atuar de forma crítica no sentido de reivindicar e assegurar os interesses e direitos do corpo docente.

Acreditamos que a independência do sindicato se constrói também quando se age com transparência total nas suas ações, com publicação online do balanço financeiro e das regras definidas para as convocatórias e encaminhamentos das assembleias e demais reuniões.

Por fim, queremos afirmar que defendemos veementemente a autonomia universitária. Esta autonomia é definida no artigo 207 da Constituição de 1988 e assegura a autonomia didático-científica, administrativa, e financeira e patrimonial. Assim defendemos a liberdade de cátedra e a liberdade de pesquisar na universidade, a liberdade de escolher nossos diretores e reitores e finalmente a liberdade de gastar o dinheiro que recebemos do governo e a gerência de nosso patrimônio. Repudiamos veementemente qualquer ingerência cerceadora da liberdade de expressão dentro da universidade, lugar de diálogo e de embate de ideias.

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOCENTE E FORTALECER A SEÇÃO SINDICAL!



É a participação consciente da base que define democraticamente as políticas sindicais

O Andes-SN (Sindicato Nacional), anteriormente denominado 'a' Andes (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), teve papel decisivo na redação do artigo 207 da Constituição. É um texto preciso e objetivo que possui eficácia completa: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Desde então, o texto constitucional vem sendo afrontado. No contexto de "Guerra Cultural" de teor neofascista, duas prerrogativas que consubstanciam a autonomia precisam ser conquistadas: 1. o autogoverno: as instituições precisam escolher seus dirigentes nos termos de seus estatutos, o que requer a revogação da lei 9.192/95 que estabeleceu a lista tripartite e a indevida prerrogativa presi-

dencial de escolha final dos reitores; e 2. os meios econômicos e jurídicos para efetivar a autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial: o que requer lei orçamentária própria para as Federais e mudanças nas formas de licitação, concursos, entre outras. Isso significa que a autonomia universitária, condição necessária para a liberdade de cátedra, está no topo da agenda política brasileira de ataques perpetrados pelo governo Bolsonaro e seus aliados.

A AdUFRJ é Andes-SN. A filiação do docente é ao Andes-SN. Quando foi criado, há 40 anos, o Andes-SN rompeu com o sindicalismo de Estado, declinando do imposto sindical. Ou seja, ele foi pensado como uma entidade de novo tipo, que não depende do Estado para sua sobrevivência: é a contribuição dos sindicalizados que garante essa autonomia. O que o torna singular é o fato de que a entidade possui base e instâncias deliberativas nacionais (Congressos e Conselhos) e escolhe por eleição direta de âmbito nacional os seus dirigentes. Ao mesmo tempo, e isso é original, cada uma de suas seções sindicais possui autonomia que se expressa pela existência de instâncias deliberativas próprias (assembleias) e dirigentes escolhidos diretamente por suas bases. Com isso, os posicionamentos nacionais do Andes-SN são construídos desde a base, por meio de consensos progressivos, elaboração de teses e proposições, debatidas e deliberadas nos Congressos e Conselhos Nacionais por delegados eleitos diretamente pelas assembleias de base, mantendo sempre proporcionalidade com o número de docentes filiados a cada seção sindical

e incorporando o pluralismo que nos caracteriza como categoria docente.

Outra especificidade é sua concepção de autonomia radical frente às reitorias, aos governos, aos partidos e ao Estado. O Andes-SN foi criado por uma inventiva geração de docentes que entendeu que o sindicalismo oficialista, organizado como um braço político de apoio a reitorias, governos e partidos, presta um desserviço à universidade brasileira. Nada mais nefasto do que uma seção sindical que organiza sua agenda política em função de conveniências particulares. Quando o sindicato vira uma peça na engrenagem política institucional ou governamental, as vozes docentes são silenciadas, os problemas reais da categoria deixam de ter centralidade (progressão, insalubridade, perdas salariais etc.) e somente são tratados se não melindrarem governos aliados, partidos aos quais a diretoria do sindicato pode estar vinculada e reitorias que, desde seu gabinete, comandam a entidade. Assim, por exemplo, a AdUFRJ-SSind não pode, em função da agenda da reitoria, ser conveniente com a cessão de patrimônio e de pessoal para a Eberh, hoje uma Empresa privada que é um braço do esquema militar do bolsonarismo. Não pode apoiar ou se omitir diante de uma cessão que fortalecerá a ingerência do governo na UFRJ e prejudicará a formação e o atendimento da população mais empobrecida, afetando as vastas periferias, sobretudo negra, que necessita do SUS efetivamente público. A ausência de autonomia compromete o respeito aos direitos trabalhistas, como os da insalubridade.

A ampliação da participação docente

nas instâncias sindicais, por meio de debates, de formulação de propostas e tomada de decisões conscientes, é o fundamento da autonomia sindical. O funcionamento de grupos de trabalho sobre as diversas temáticas articuladas em lutas nacionais (carreira, salário, previdência etc.), a realização de reuniões regulares presenciais e virtuais em cada Centro e/ou Unidade para construção de pautas locais e o encaminhamento de votações em assembleias, a partir dos debates realizados nessas instâncias, fortalecem o sindicato e afastam a possibilidade das votações se tornarem apenas referendos de políticas já implementadas. Assim, construímos uma seção sindical e um sindicato nacional autônomos e comprometidos com as lutas e com a defesa dos direitos conquistados pela categoria docente e pelos demais trabalhadores do país.

A autonomia frente aos governos e às reitorias, não restrita aos marcos institucionais, permite uma atuação sindical mais ampla e consequente. O que fortalece a autonomia sindical é a participação docente no cotidiano da entidade. Autonomia, participação e democracia andam juntas. Com o reconhecimento da legitimidade da AdUFRJ-SSind, é a própria autonomia universitária que ganha maior densidade! A Chapa 2 ESPERANÇAR está profundamente comprometida com esses valores que forjaram o Andes-SN e a AdUFRJ-SSind. Esperançamos uma seção sindical autônoma para defender os/as docentes, o patrimônio científico e cultural do país e a universidade pública e gratuita como uma dimensão preciosa da educação pública brasileira!



‘NOVO’ MUSEU NACIONAL QUER AMPLIAR O ACERVO

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

“O Museu Nacional Vive”. A frase, que se tornou um lema de resistência da comunidade da UFRJ, foi novamente repetida pelo diretor da unidade, professor Alexander Kellner, no último dia 2. E não à toa. Exatamente três anos após o incêndio que destruiu 80% do acervo da instituição científica mais antiga do país, o dirigente apresentou, ao lado da reitora Denise Pires de Carvalho, os ambiciosos planos de gradual reconstrução e reabertura do prédio.

Dentro de um ano, já será possível ao público acessar o Jardim das Princesas, na lateral do museu, e que não era aberto para visitação mesmo antes do incêndio. O local, onde as princesas Isabel e Leopoldina passavam o tempo livre, será finalizado em breve. Além deste presente para a população, existe a expectativa de conclusão da recuperação da fachada principal, no mesmo período. E, até 2026, todo o prédio estará apto para a reabertura.

Os custos do sonho não são baixos. A previsão orçamentária, que depende dos processos executivos e de licitações, gira em torno de R\$ 385 milhões. A ideia é reconstruir as áreas internas com base no antigo palácio. Mas, para além da infraestrutura, é preciso atingir a meta de 10 mil peças para o acervo expositivo do museu. Hoje, a UFRJ conta com apenas 500 peças classificadas para exposição.

Está em curso uma campanha para ampliar o acervo. “Recebemos muitos itens nos últimos dias, algo em torno de 100 novos exemplares para o museu”, contou o diretor. Até agora, a instituição já recebeu doações valiosas, como 27 peças dos períodos clássicos grego e romano que pertenciam a um colecionador gaúcho. Da Áustria, virão peças feitas por indígenas brasileiros, recolhidas na Amazônia há mais de 100 anos por naturalistas europeus.

“Temos suporte de cerca de 30 países. Os Estados Unidos, até o momento, não nos doaram exemplares, mas ajudaram num momento crucial de levar estudantes nossos, que não tinham mais o material para pesquisar, para os seus centros de pesquisa. Quero destacar o governo da Alemanha, parceiro de primeira ordem, que doou 1 milhão de euros. Te-



FONTE DO JARDIM DAS PRINCESAS será aberto à visitação pública daqui a um ano

mos muito a trabalhar e agradecemos o apoio”, ressaltou Kellner.

Para a reitora Denise Pires de Carvalho, o 2 de setembro de 2021 é um dia de comemoração. “Porque o Museu Nacional vive e renasce neste momento. Não tenho dúvida de que, nestes três anos, toda a comunidade do Museu Nacional tem trabalhado com muita resiliência

e capacidade de adaptação para reconstruir e também aceitar esse novo modelo de governança, que trará uma instituição ainda mais forte, com sustentabilidade”, declarou Denise. “Vamos caminhar no sentido de uma instituição mais moderna, interagindo mais com a sociedade e com o apoio internacional”, concluiu.

DAVI LOPES: BOMBEIRO E LUTHIER

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

É preciso renascer das cinzas. Davi Lopes, um bombeiro que atuou no combate às chamas que incendiaram o Museu Nacional, decidiu reaproveitar madeiras dos escombros para transformá-las em instrumentos musicais. Sua realização foi acompanhada por uma equipe de filmagem, que fez dessa história um documentário para mostrar a trajetória do brigadista, que é também músico e luthier. “Na ocasião do incêndio, eu juntei todos esses sonhos e paixões de vida com a minha vontade de ajudar ao museu”, afirmou Davi, em uma live realizada pelo Museu Nacional no dia 30, para conversar sobre a história que deu origem ao documentário.

Nomeado “Fênix: O Voo de Davi”, o filme foi lançado na plataforma de streaming Globoplay na sexta-feira (2), mesma data em que o incêndio do Museu Nacional fez três anos. O amor de Davi pelo museu, no entanto, começa muito antes. “Ele faz parte da minha vida desde a infância. Eu gostava de ir para lá no dia do meu aniversário, em visitas da escola, ou quando



SINTONIA: Davi e o músico Paulinho Moska, um dos padrinhos do projeto

eu pedia para meus pais”, contou o bombeiro. O carinho pelo local também foi transmitido para suas filhas, quando elas eram crianças. “No dia do incêndio, eu estava chegando em casa quando minha filha me disse que o museu estava pegando fogo. Quando eu vi o tamanho do incêndio, imediatamente fui para o quartel colocar meu uniforme e ajudar de alguma forma”, afirmou.

Davi e muitos outros bombeiros auxiliaram no combate ao incêndio até o dia seguinte. “No dia 3, o sentimento era somente de chorar pelas perdas”, disse. Contudo, foi naquele momento que Davi teve a ideia de reaproveitar as madeiras dos escombros para produzir instrumentos. “A partir do dia

4, eu comecei a ir ao museu todos os dias, carregando um violão que eu já havia feito com madeiras reaproveitadas, para observar o que seria feito com aquelas madeiras dos escombros”, completou.

Sua paixão pela música se iniciou ainda quando criança. Aos dez anos, Davi já estudava e tocava saxofone. “Quando eu entrei no Corpo de Bombeiros, por concurso em 1997, eu já era músico, apaixonado pelo violão e pelas madeiras. Ali eu comecei a perceber que tinham madeiras nos incêndios que poderiam ser reutilizadas”, lembrou Davi. Segundo ele, muitas mobílias e construções do Rio Antigo foram feitas com madeiras nobres, ótimas para a luthieria, que é a confecção, de modo arte-

sanal, de instrumentos musicais.

“Em 2000, eu comecei a recolher e juntar essas madeiras abandonadas na rua, em incêndios e em demolições, mesmo sem saber ainda construir”, explicou. Em 2007, depois de dez anos de serviço como bombeiro, Davi tirou uma licença e foi até São Paulo para fazer um curso com o luthier Regis Bonilha, que lhe deu os primeiros ensinamentos. “Estudei também com outros luthiers, em Minas e no Rio, e fui adquirindo as técnicas com o uso daquelas madeiras que eu já vinha juntando”.

Em suas visitas diárias ao museu após o incêndio, Davi passou a tocar violão e explicar sua ideia para os guardas. Sua história se tornou conhecida pelos funcionários, até chegar a Fernanda Guedes, coordenadora de comunicação do Museu Nacional. Ela foi a responsável por abrir as portas para a ideia do bombeiro. Fernanda mediu a live, que contou também com a participação de Vinícius Dônola e Roberta Salomone, que fizeram o roteiro e a direção do filme, ao lado de João Rocha.

As madeiras resgatadas dos escombros foram utilizadas para construção de cinco instrumentos: um cavaquinho, um bandolim, um violino e dois violões. O filme mostra o processo de confecção,

e a testagem desses instrumentos por parte de grandes artistas brasileiros. “Nós pegamos esses instrumentos e os levamos para um dos nossos padrinhos, o Paulinho Moska. Ele já estava encantado com a história do Davi, mas ainda não sabia da qualidade dos instrumentos”, contou Vinícius Dônola.

Segundo Roberta Salomone, Paulinho Moska e todos os outros músicos escolhidos se encantaram com a beleza e qualidade sonora dos instrumentos. São eles Paulinho da Viola (violão), Gilberto Gil (violão), Hamilton de Holanda (bandolim), Nilze Carvalho (cavaquinho) e Felipe Prazeres (violino). Os padrinhos já planejam turnês com seus respectivos “afilhados”. Inicialmente, a equipe havia pensado em leiloar os instrumentos para arrecadação de fundos, mas chegaram ao entendimento de que eles são um patrimônio do museu. “Eles serão expostos para que as pessoas possam conhecer de perto, mas não podem ficar parados, eles precisam ser tocados”, comentou Roberta. Ela acredita que os instrumentos carregarão uma forte simbologia onde quer que estejam. “Eles são representantes do museu, da arte, da nossa cultura, desse sonho do Davi e desse renascimento que está todo mundo buscando”, finalizou.